



**ITANHAÉM**  
PREFEITURA

**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**

**RESOLUÇÃO SECE Nº 02 DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017**

*"Homologa a Deliberação n.º 02/2017 do Conselho Municipal de Educação e dá outras providências."*

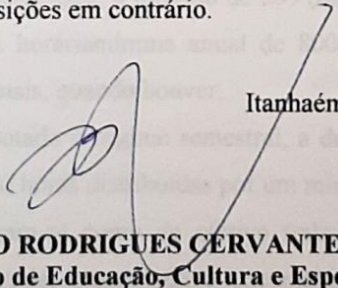
**TIAGO RODRIGUES CERVANTES**, Secretário de Educação, Cultura e Esportes, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente o art. 12 da Lei nº. 4.133, de 12 de dezembro de 2016,

**RESOLVE:**

**Art. 1.º** - Homologar a Deliberação n.º 02/2017 do Conselho Municipal de Educação, aprovada em reunião plenária de 27 de setembro de 2017, que define diretrizes para elaboração dos calendários escolares no sistema municipal de ensino de Itanhaém e dá providências correlatas.

**Art. 2.º** - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itanhaém, 7 de dezembro de 2017.

  
**TIAGO RODRIGUES CERVANTES**  
Secretário de Educação, Cultura e Esportes



**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 02/2017 – Processo nº 10421/2017**

**DELIBERAÇÃO CME Nº 02, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017.**

*“Define diretrizes para elaboração dos calendários escolares no sistema municipal de ensino de Itanhaém e dá providências correlatas.”*

O Conselho Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos artigos 1º, inciso V e 5º, inciso II, alínea “a” Lei Municipal nº 2.316, de 19.09.1997 e no artigo 11, inciso III, da Lei Federal nº 9.394, de 20.12.1996

**DELIBERA:**

**Art. 1º** - Os calendários escolares das escolas pertencentes ao sistema municipal de ensino de Itanhaém serão elaborados, anualmente, com base nesta Deliberação e nas diretrizes nacionais.

**Parágrafo único:** A elaboração do calendário anual é obrigatória para todas as escolas públicas e privadas, inclusive creches.

**Art. 2º** - Os calendários serão organizados de forma a garantir, na implementação da proposta pedagógica, o mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho educacional escolar e a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

§ 1º - Se for adotado o regime semestral, a duração da carga horária mínima anual será de 400 (quatrocentas) horas distribuídas por um mínimo de 100 (cem) dias letivos.

§ 2º - Consideram-se como de efetivo trabalho educacional toda atividade pedagógica, planejada, organizada, estruturada e coerentemente articulada aos princípios, objetivos e metas estabelecidos pela proposta pedagógica da escola, devidamente inserida no plano escolar, centrando sua eficácia na aprendizagem.

§ 3º - O efetivo trabalho educacional será desenvolvido preferencialmente em sala de aula, mas as atividades escolares poderão ser realizadas em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 02/2017 – Processo nº 10421/2017**

demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno.

**Art. 3º** - A duração mínima da jornada diária será 4 (quatro) horas para as escolas que adotarem turno de atendimento parcial e de 7 (sete) horas para as que adotarem turno integral.

**Art. 4º** - Além dos dias letivos de efetivo trabalho educacional os calendários escolares deverão prever:

I - atividades de planejamento/replanejamento e avaliação, conforme definição da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II – datas destinadas à realização de reuniões do Conselho de Escola, Conselhos de Classe/ano, Associação de Pais e Mestres e reuniões com as famílias dos estudantes;

III - períodos de recesso escolar e/ou férias, quando houver.

**Art. 5º** - Os calendários escolares deverão ser elaborados pelas escolas, garantindo-se a participação democrática da comunidade escolar e submetidos à aprovação dos respectivos Conselhos de Escola.

**Art. 6º** - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes fixará, anualmente, a data para entrega dos calendários escolares por parte das escolas.

§ 1º - Caberá à supervisão de ensino analisar se os calendários escolares atendem as determinações legais, elaborando pareceres conclusivos sobre a homologação ou não dos mesmos.

§ 2º - Caso o parecer da supervisão de ensino conclua pela não homologação, será marcado prazo para a unidade escolar atender as determinações contidas no parecer.

§ 3º - Sendo o parecer favorável, o calendário escolar será homologado por meio de portaria do titular da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.





**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém**  
**Secretaria de Educação, Cultura e Esportes**  
**Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 02/2017 – Processo nº 10421/2017**

**Art. 7º** - É vedada a realização de eventos ou atividades que não estejam previstos no calendário escolar.

**Art. 8º** - Os dias de efetivo trabalho educacional, constantes do calendário, que deixarem de ocorrer, por qualquer motivo, deverão ser repostos, podendo essa reposição realizar-se, inclusive, aos sábados.

**Art. 9º** - No decorrer do ano, qualquer alteração no calendário escolar homologado, independentemente do motivo que a tenha determinado, inclusive por necessidade de reposição, deverá, após manifestação do Conselho de Escola, ser submetida à apreciação da supervisão de ensino e à nova homologação pelo titular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

**Art. 10** - As atividades de cunho pedagógico, inerentes ao exercício da função docente, que sejam realizadas em dias e/ou horários não incluídos na jornada escolar dos alunos, integram o conjunto das incumbências do professor, conforme estabelece o artigo 13 da Lei nº 9.394/96 que dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional.

**Parágrafo único** - O não comparecimento do docente, convocado para realização das atividades a que se refere o *caput* deste artigo, caracterizará falta ao serviço.

**Art. 11** - Os calendários da Educação de Jovens e Adultos serão elaborados na seguinte conformidade:

I - os cursos correspondentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental serão livremente organizados, inclusive quanto ao tempo de integralização de estudos, não havendo obrigatoriedade de observar o mínimo de dias letivos e de carga horária;

II - os cursos que correspondem aos quatro Anos Finais do Ensino Fundamental deverão ser organizados de forma a atender ao mínimo de 24 (vinte e quatro) meses de integralização e 1600 (mil e seiscentas) horas de efetivo trabalho educacional, distribuídos proporcionalmente nos períodos previstos para cada ano.



**Prefeitura da Estância Balneária de Itanhaém  
Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
Conselho Municipal de Educação**



**DELIBERAÇÃO HOMOLOGADA**

**Resolução SECE nº 02/2017 – Processo nº 10421/2017**

**Art. 12** – Esta Deliberação entra em vigor na data da publicação de sua homologação, revogadas as disposições em contrário.

O Conselho Municipal de Educação, em sessão de 27 de setembro de 2017, aprova por (08 votos) a presente Deliberação.

Itanhaém-SP, em 27 de setembro de 2017.

**PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**